

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA - GO

Gollmann, K¹; Araújo, E.T¹; Pereira, L.F¹; Cabral, C.T²; Rodrigues, A.P²; Rivetti, M².

¹CPRM – Serviço Geológico do Brasil; ²Secretaria de Desenvolvimento/FUNMINERAL – Fundo de Fomento à Mineração

RESUMO: A Região Metropolitana de Goiânia (RMG) composta por 20 municípios, totaliza uma área de 7.315,152 km², possui população de 2.068.767 habitantes, com densidade demográfica de 233,28 hab/km². Realizou-se avaliação das diversas ocorrências e depósitos de matérias primas minerais da RMG, tendo como alvo os insumos da construção civil, parte dos objetivos propostos pelo Programa de Aceleração do Crescimento–PAC, para o setor mineral.

A região estudada contempla 27.000 Km², pois as áreas produtoras encontram-se fora dos limites da RMG. A metodologia constou de pesquisa bibliográfica, realização de ensaios tecnológicos e análises minerais, tabulação de dados e inserção em base geológica atualizada. Tendo em vista a área de abrangência da RMG e suas características geológicas, realizou-se o trabalho através da amostragem nos empreendimentos representativos para cada unidade geológica. Cadastrou-se 341 empreendimentos minerários: 150 unidades de extração de areia; 109 pontos com olarias/lavras de argila; 30 extrações para brita; 10 minas de calcário e 42 de cascalho. Cada empreendimento visitado teve registrado aspectos como: localização e acesso; tipologia de depósitos; caracterização física; reservas e fontes alternativas de suprimento. As ocorrências observadas relacionam-se principalmente aos granulitos ortoderivados do Complexo Granulítico Anápolis-Itauçu, metacalcários da Sequência Metavulcanossedimentar Anicuns-Itaberaí, granitos tipo Aragoiânia e Rio Piracanjuba, quartzitos do Grupo Araxá, Coberturas Detrito-Lateríticas Ferruginosas e Depósitos Aluvionares.

A dificuldade em obter informações sobre reservas advém do trabalho informal e do regime de licenciamento, que não exige cubagem desses recursos. Idealmente, esses insumos são produzidos próximo dos centros consumidores, para viabilização econômica das jazidas. O custo do transporte por via terrestre é o principal responsável pelo encarecimento do preço final do produto. Em oposição, a proximidade dos centros urbanos gera conflitos entre a mineração e o espaço urbano, impedindo o usufruto do bem mineral devido à estruturação urbana instalada. O crescimento desordenado dos grandes centros, aliado às restrições ambientais, inviabiliza o desenvolvimento da atividade mineral, seja pela ação política dos habitantes, ou pelo encarecimento das propriedades. No setor de insumos, poucas empresas dedicam-se a abrandar impactos ambientais oriundos das atividades de extração. Muitas vezes, os danos à natureza são explícitos e sem qualquer mitigação. O abandono precoce das minas é frequente; assim como é notável a poluição do solo pelo acúmulo de lixo e a exaustão de jazidas pela falta de planejamento. Experimenta-se, portanto o contraditório: o crescimento urbano provoca o aumento no consumo de rochas e minerais industriais, que desempenham importante papel na balança comercial dos municípios produtores, no entanto, esse mesmo crescimento urbano distancia e encarece a extração mineral.

Políticas estaduais e municipais são necessárias para estabelecer leis de zoneamento e um sistema de fiscalização. A produção de conhecimento geológico e o desenvolvimento de tecnologias limpas para caracterização, extração e beneficiamento mineral são fundamentais para identificar jazidas e minimizar impactos causados pela atividade. De posse dessas informações a sociedade e o poder público podem organizar e refinar o conhecimento sobre os recursos naturais e planejar o processo de urbanização. A exploração com base sustentável, qualificação profissional e investimento em tecnologias é o melhor caminho para o desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: INSUMOS MINERAIS, REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA, CONSTRUÇÃO CIVIL